

**Guilherme de Souza Nucci**

# Manual de Processo Penal



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 07.02.2020
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2020 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

N876m

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de processo penal / Guilherme de Souza Nucci. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9004-6

1. Processo penal – Manuais, guias, etc. – Brasil. I. Título.

20-62683

CDU: 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

# Sumário

## Capítulo I

### PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Conceito de processo <b>penal</b> .....	1
2. O processo penal <b>democrático</b> .....	2
Síntese .....	3

## Capítulo II

### PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1. Introdução .....	5
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo <b>legal</b> .....	5
3. Princípios constitucionais explícitos do processo <b>penal</b> .....	6
3.1 Concernentes ao indivíduo .....	6
3.1.1 Princípio da presunção de <b>inocência</b> .....	6
3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i> ) e da imunidade à <b>autoacusação</b> .....	7
3.1.2 Princípio da ampla defesa .....	8
3.1.3 Princípio da plenitude de defesa .....	8
3.2 Concernente à relação processual .....	9
3.2.1 Princípio do contraditório .....	9
3.3 Concernentes à atuação do <b>Estado</b> .....	10
3.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da ini- ciativa das partes .....	10

3.3.2	Princípio da publicidade .....	11
3.3.3	Princípio da vedação das provas <b>ilícitas</b> .....	12
3.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão <b>cautelar</b> .....	13
3.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri .....	13
3.3.5.1	Sigilo das votações .....	13
3.3.5.2	Soberania dos veredictos .....	14
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida .....	14
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar .....	14
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo <b>penal</b> .....	14
4.1	Concernente à relação processual .....	14
4.1.1	Princípio do duplo grau de <b>jurisdição</b> .....	14
4.2	Concernentes à atuação do <b>Estado</b> .....	15
4.2.1	Princípio do promotor natural e <b>imparcial</b> .....	15
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação <b>penal</b> .....	15
4.2.3	Princípio da oficialidade .....	16
4.2.4	Princípio da <b>intranscendência</b> .....	16
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo <b>fato</b> .....	17
5.	Princípios meramente processuais penais .....	17
5.1	Concernentes à relação <b>processual</b> .....	17
5.1.1	Princípio da busca da verdade real .....	17
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do <b>juiz</b> .....	18
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal <b>privada</b> .....	19
5.1.4	Princípio da comunhão da <b>prova</b> .....	19
5.2	Concernentes à atuação do <b>Estado</b> .....	19
5.2.1	Princípio do impulso oficial .....	19
5.2.2	Princípio da persuasão racional .....	20
5.2.3	Princípio da <b>colegialidade</b> .....	20
Síntese	.....	21

### Capítulo III

#### SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

1.	Sistema <b>inquisitivo</b> .....	27
2.	Sistema <b>acusatório</b> .....	28
3.	Sistema <b>misto</b> .....	28
4.	Opção do sistema processual brasileiro .....	29
Síntese	.....	29

## Capítulo IV

## FONTES DO PROCESSO PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de fonte .....	31
2. Fontes materiais .....	31
3. Fontes formais .....	32
4. Interpretação da lei processual penal .....	33
Síntese .....	34

## Capítulo V

## APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Princípio da territorialidade .....	35
2. Conceito de tratado e <b>convenção</b> .....	35
3. Regras de direito internacional .....	36
4. Exceção à regra da territorialidade .....	36
5. Conflito entre tratado e direito interno .....	37
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais .....	38
7. Jurisdição política .....	39
8. Justiça Especial .....	39
9. Tribunal de Segurança Nacional .....	39
10. Legislação especial .....	40
Síntese .....	40

## Capítulo VI

## APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. Regra geral .....	41
2. Normas processuais penais <b>materiais</b> .....	42
Síntese .....	43

## Capítulo VII

## INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

1. Conceito de inquérito <b>policia</b> l .....	45
1.1 Juiz das garantias .....	46
1.1.1 Atribuições do juiz das garantias .....	47
1.1.2 Prorrogação do <b>inquérito</b> .....	51
1.1.3 Encaminhamento da investigação .....	51
1.1.4 Designação do juiz das garantias .....	52
1.1.5 Tutela da imagem dos <b>presos</b> .....	53
2. Polícia <b>judiciária</b> .....	53
3. Outras investigações criminais .....	54
4. Início do inquérito <b>policia</b> l .....	55
5. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação .....	56
6. <i>Notitia criminis</i> .....	56

7. <i>Delatio criminis</i> .....	56
8. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro .....	56
9. Requisição, requerimento e representação .....	57
10. Negativa de cumprimento à <b>requisição</b> .....	58
11. Conteúdo da requisição, do requerimento e da <b>representação</b> .....	58
12. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima .....	59
13. Procedimento da autoridade policial .....	59
14. Indiciamento e constrangimento <b>ilegal</b> .....	60
15. Requisição de <b>indiciamento</b> .....	60
16. Motivação do <b>indiciamento</b> .....	61
17. O indiciado como objeto da <b>investigação</b> .....	61
18. Regras do interrogatório .....	61
19. Identificação criminal: dactiloscópica e <b>fotográfica</b> .....	61
20. Reconstituição do <b>crime</b> .....	62
21. Prazo para a conclusão do inquérito .....	63
22. Contagem dos prazos .....	64
23. Cômputo do período de prisão temporária .....	65
24. Prisão preventiva decretada durante o inquérito <b>policial</b> .....	65
25. Instrumentos do crime e objetos de prova .....	66
26. Particularidades do inquérito <b>policial</b> .....	66
26.1 <b>Inquisitivo</b> .....	66
26.1.1 Situação especial para os agentes de segurança <b>pública</b> .....	66
26.2 <b>Sigiloso</b> .....	67
26.3 <b>Incomunicabilidade do indiciado</b> .....	68
27. Relatório <b>final</b> .....	69
28. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público .....	69
29. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade.....	70
30. Termo <b>circunstanciado</b> .....	70
31. Curador .....	70
32. Arquivamento do inquérito e outras <b>providências</b> .....	71
32.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação.....	71
32.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC).....	72
32.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo ...	72
32.3 Requerimento de arquivamento em competência originária .....	73
32.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde <b>pública</b> .....	73
32.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral .....	73
32.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento <b>implícito</b> .....	73
32.7 Arquivamento indireto .....	74
32.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal.....	75

32.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências .....	75
33. Trancamento do inquérito <b>policial</b> .....	75
34. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito .....	75
35. Acordo de não persecução penal .....	76
Síntese .....	78

## Capítulo VIII AÇÃO PENAL

1. Fundamento <b>constitucional</b> .....	79
2. Conceito de ação penal .....	79
3. Espécies de ação <b>penal</b> .....	80
4. Ação penal popular .....	81
5. Processo, procedimento e pressupostos <b>processuais</b> .....	81
6. Início da ação <b>penal</b> .....	82
7. Condições genéricas da ação penal .....	83
7.1 Possibilidade jurídica do pedido .....	84
7.2 Interesse de agir .....	86
7.3 Legitimidade de parte .....	86
7.4 A justa causa para a ação <b>penal</b> .....	87
8. Condições específicas da ação <b>penal</b> .....	87
9. Representação do ofendido .....	88
10. Requisição do Ministro da Justiça .....	91
11. Ação penal privada e suas particularidades .....	93
11.1 Decadência .....	93
11.2 <b>Renúncia</b> .....	95
11.3 <b>Perdão</b> .....	96
11.4 Perempção .....	98
11.5 Ação privada subsidiária da pública .....	100
11.6 Espécies de ação <b>privada</b> .....	102
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de <b>queixa</b> .....	102
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania .....	103
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou <b>queixa</b> .....	104
12.1 Denúncia ou <b>queixa genérica</b> .....	106
12.2 Denúncia ou <b>queixa alternativa</b> .....	107
12.3 Concisão da denúncia ou <b>queixa</b> .....	107
12.4 Retificação da denúncia ou <b>queixa no seu recebimento</b> .....	107
12.5 Rejeição da denúncia ou <b>queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal</b> .....	108
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou <b>queixa</b> .....	108
12.7 Poderes especiais para o ingresso de <b>queixa</b> .....	109
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a <b>queixa</b> .....	109
12.9 Aditamento da <b>queixa pelo Ministério Público</b> .....	110
12.10 Intervenção do Ministério Público na ação penal privada .....	111

12.11 Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem.....	111
13. Reconhecimento da extinção da punibilidade.....	112
13.1 Morte do réu .....	112
13.2 Certidão de óbito.....	113
Síntese .....	114

### Capítulo IX AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Conceito .....	117
2. Separação da jurisdição.....	118
3. Sentença condenatória como título executivo .....	119
4. Sentença concessiva de perdão judicial.....	120
5. Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa .....	120
6. Revisão criminal.....	120
7. Extensão do ressarcimento do dano.....	120
8. Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal .....	121
9. Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no civil.....	122
10. Existência de sentença absolutória penal.....	123
11. Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público.....	124
Síntese .....	124

### Capítulo X JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Conceito de jurisdição.....	125
2. Princípios regentes da jurisdição criminal .....	126
3. Conceito de competência.....	126
4. Competência absoluta e competência relativa .....	126
5. Quadro geral de competência .....	127
6. O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro .....	128
6.1 O domicílio ou residência do réu como foro supletivo .....	130
6.2 A matéria como regra específica de competência.....	132
6.3 A prerrogativa de foro como regra específica de competência .....	135
6.3.1 Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria.....	136
6.3.2 Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função.....	140
6.3.2.1 Magistrados e membros do Ministério Público .....	140
6.3.2.2 Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado.....	140
6.3.2.3 Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa.....	141
6.3.2.4 Exceção da verdade nos crimes contra a honra .....	142
6.3.3 Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria.....	142



6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar .....	142
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal .....	143
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva .....	145
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência .....	145
6.5.1	Conceito de <b>conexão</b> .....	147
6.5.2	Conexão material e conexão processual .....	148
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo .....	149
6.5.4	Espécies de <b>conexão</b> .....	150
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade .....	150
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso .....	150
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade .....	151
6.5.4.4	Conexão objetiva .....	151
6.5.4.5	Conexão <b>instrumental</b> .....	151
6.5.5	Conceito de <b>continência</b> .....	152
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas .....	152
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso .....	152
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes .....	152
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência .....	153
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência .....	153
7.	Regras para a eleição do foro <b>prevalente</b> .....	155
7.1	Competência prevalente do júri .....	156
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia .....	156
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri .....	156
7.2	Jurisdição da mesma categoria .....	157
7.3	Jurisdição de categoria <b>diversa</b> .....	158
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição .....	159
7.4	Jurisdição comum e especial .....	159
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual .....	159
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal .....	160
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência .....	160
8.1	Jurisdição comum e jurisdição <b>militar</b> .....	160
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude .....	161
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental .....	161
8.4	Impossibilidade de julgamento de réu <b>ausente</b> .....	162
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados .....	162
9.	Separação facultativa dos processos .....	162
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar <b>diferenciado</b> .....	163
9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados .....	163
9.3	Separação facultativa em face de motivo <b>relevante</b> .....	164

10. Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência .....	164
11. Conexão e continência no contexto das investigações policiais .....	164
12. Autoridade de jurisdição prevalente .....	165
13. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço .....	165
13.1 Crimes a bordo de embarcações .....	166
13.2 Crimes a bordo de aeronaves .....	167
13.3 Regra residual de competência .....	167
Síntese .....	168

## Capítulo XI

### INCIDENTES PROCESSUAIS

1. Introdução e conceitos .....	179
2. Questões prejudiciais .....	180
2.1 Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar .....	180
2.2 Prejudiciais homogêneas e heterogêneas .....	180
2.3 Prejudiciais obrigatórias e facultativas .....	180
2.3.1 Prejudiciais obrigatórias .....	180
2.3.2 Prejudiciais facultativas .....	182
2.4 Prejudiciais devolutivas e não devolutivas .....	183
3. Procedimentos incidentes .....	183
3.1 Exceções .....	183
3.1.1 Exceções de suspeição e de impedimento .....	184
3.1.2 Rol de causas de suspeição e de impedimento .....	184
3.1.3 Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício .....	185
3.1.4 Procedimento para a recusa do juiz .....	185
3.1.5 Procedimento do juiz .....	186
3.1.6 Consequências da procedência da exceção .....	188
3.1.7 Suspeição ou impedimento em tribunal .....	188
3.1.8 Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público .....	189
3.1.9 Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares .....	190
3.1.10 Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri .....	191
3.1.11 Suspeição ou impedimento das autoridades policiais .....	192
3.1.12 Exceção de incompetência .....	193
3.1.13 Formalidades para a interposição da exceção de incompetência .....	193
3.1.14 Exceção de litispendência .....	194
3.1.15 Formalidades para a interposição da exceção de litispendência .....	195
3.1.16 Exceção de ilegitimidade de parte .....	195
3.1.17 Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte .....	196
3.1.18 Exceção de coisa julgada .....	196
3.1.19 Coisa julgada material e coisa julgada formal .....	197
3.1.20 Coisa julgada e coisa soberanamente julgada .....	198
3.1.21 Limites da coisa julgada .....	198
3.1.22 Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada .....	200

3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção.....	200
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	200
3.2.1	Consequência do impedimento .....	201
3.3	Conflito de competência.....	202
3.3.1	Conflito de atribuição.....	203
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	203
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência .....	204
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência .....	204
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência .....	206
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal.....	206
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito .....	207
3.4	Restituição de coisas apreendidas.....	207
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas .....	209
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração .....	210
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição.....	210
3.5	Medidas assecuratórias .....	211
3.5.1	Sequestro .....	211
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro .....	212
3.5.1.2	Procedimento do sequestro .....	212
3.5.1.3	Levantamento do sequestro.....	215
3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	215
3.5.2.1	Procedimento para a especialização .....	216
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas .....	217
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis .....	217
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto.....	217
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	218
3.6	Incidente de falsidade.....	219
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade.....	219
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento.....	220
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente.....	220
3.7	Incidente de insanidade mental.....	221
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental .....	222
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado....	223
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental..	224
3.8	Incidente de ilicitude de prova.....	224
	Síntese .....	225

## Capítulo XII

### PROVAS

1.	Conceito e sentido de prova .....	231
2.	Meios de prova .....	232
2.1	Prova emprestada .....	232
2.2	Provas ilícitas.....	232

3. Finalidade e objeto da prova.....	233
4. Ônus da prova .....	234
4.1 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz .....	235
5. Sistemas de avaliação da prova.....	236
6. Exame de corpo de delito e perícias em geral .....	237
6.1 Disposições gerais.....	237
6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito.....	238
6.2.1 Cadeia de custódia .....	239
6.3 Confissão e corpo de delito.....	240
6.4 Formalização do laudo pericial.....	241
6.5 Necropsia .....	243
6.6 Exumação e inumação .....	243
6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais .....	244
6.8 Exame de local .....	245
6.9 Exame laboratorial.....	245
6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins .....	246
6.11 Laudo de avaliação .....	247
6.12 Exame de local de incêndio.....	247
6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico).....	248
6.14 Exame dos instrumentos do crime.....	249
6.15 Quesitos na realização de perícia .....	250
6.16 Exame por precatória .....	250
6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial.....	250
6.18 Indeferimento da produção de prova pericial .....	252
7. Interrogatório .....	253
7.1 Conceito.....	253
7.2 Natureza jurídica do interrogatório .....	253
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório.....	253
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica.....	254
7.5 Presença do defensor.....	255
7.6 Interrogatório de réu preso .....	256
7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência.....	256
7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência .....	257
7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência .....	258
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório .....	259
7.8 Classificação do interrogatório .....	259
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio.....	260
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado.....	261
7.11 Colaboração das partes no interrogatório.....	261
7.12 Interrogatório em separado.....	262
7.13 Formas especiais de interrogatório .....	262
7.14 Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes.....	263

7.15	Renovação do interrogatório	264
8.	<b>Confissão</b>	264
8.1	Conceito de confissão	264
8.2	Natureza jurídica e objeto da confissão	265
8.3	Espécies de confissão	265
8.4	A delação premiada e suas fontes legais	265
8.5	Crítérios de avaliação da confissão e confronto com outras provas	267
8.6	Silêncio como elemento para o convencimento do juiz	267
8.7	Divisibilidade da confissão	267
8.8	Retratabilidade da confissão	268
9.	<b>Do ofendido</b>	268
9.1	Conceito de ofendido	268
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha	268
9.3	Obrigatoriedade da sua inquirição	269
9.4	Valor probatório da palavra da vítima	269
9.5	Vítima não comete falso testemunho	270
9.6	Condução coercitiva e processo por desobediência	270
9.7	Comunicação dos atos processuais ao ofendido	271
9.8	Assistência ao ofendido	272
9.9	Preservação da intimidade do ofendido	272
10.	<b>Prova testemunhal</b>	273
10.1	Conceito de testemunha	273
10.2	Natureza jurídica	273
10.3	Classificação das testemunhas	273
10.4	Informante ou declarante	274
10.5	Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento	274
10.6	Depoimento do menor inimputável comparsa do réu	275
10.7	Corréu como testemunha	276
10.8	Testemunho único	276
10.9	A importância do compromisso	276
10.10	Recusa em depor	277
10.11	Formalidades da colheita do depoimento	278
10.12	Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa	278
10.13	Proibição de depor	280
10.14	Impedimento legal para o compromisso	281
10.15	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público	281
10.16	Colheita dos depoimentos em separado	282
10.17	Finalização do sistema presidencialista de inquirição	283
10.18	Aprecaç�o pessoal da testemunha	284
10.19	Contradita	285
10.20	Influência do acusado na colheita do depoimento	286
10.21	Regularidade da intimação da testemunha	287
10.22	Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória	288

10.23	Obrigatoriedade de participação do intérprete .....	292
10.24	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha .....	292
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	292
11.1	Conceito de reconhecimento .....	292
11.2	Natureza jurídica .....	293
11.3	Reconhecimento fotográfico .....	293
11.4	Formalidades para o reconhecimento .....	293
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova .....	295
11.6	Reconhecimento informal .....	296
11.6.1	Reconhecimento por meio de videoconferência .....	296
11.7	Reconhecimento de coisa .....	296
11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo .....	296
11.9	Reconhecimento de imagens e vozes .....	297
12.	Acareação .....	297
12.1	Conceito de acareação .....	297
12.2	Natureza jurídica .....	297
12.3	Valor da acareação .....	297
12.4	Admissibilidade da acareação .....	297
12.5	Objeto da acareação .....	298
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício .....	298
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação .....	298
12.8	Acareação à distância .....	299
13.	Prova documental .....	299
13.1	Conceito de documento .....	299
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo .....	300
13.3	Documentos nominativo e anônimo .....	300
13.4	Fotografia do documento .....	301
13.5	Valoração e licitude do documento .....	301
13.6	Diligência de ofício .....	302
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma .....	302
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos .....	303
13.9	Documento e “documentação” .....	304
14.	Prova indiciária .....	304
14.1	Conceito de indício .....	304
14.2	Indução .....	304
14.3	Integração entre indução e dedução .....	305
14.4	Valor probatório dos indícios .....	305
14.5	Diferença entre indício e presunção .....	306
14.6	Contraindícios .....	306
15.	Busca e apreensão .....	306
15.1	Conceito de busca e apreensão .....	306
15.2	Natureza jurídica .....	307
15.3	Momentos para a sua realização .....	307

15.4	Regras especiais de busca e <b>apreensão</b> .....	308
15.5	Fundamento e proteção constitucional da busca em <b>domicílio</b> .....	308
15.6	Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal .....	308
15.7	Mandado judicial certo e determinado .....	310
15.8	Exigência do mandado judicial para a <b>polícia</b> .....	312
15.9	Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua <b>expedição</b> .....	312
15.10	Dispensa do mandado de busca pessoal .....	314
15.11	Formalidades para a realização de busca domiciliar .....	314
15.12	Locais equiparados a domicílio .....	317
15.13	Busca em território <b>alheio</b> .....	317
	<b>Síntese</b> .....	318

### Capítulo XIII

#### AS PARTES NO PROCESSO PENAL

1.	<b>Juiz</b> .....	321
1.1	O juiz como sujeito da relação <b>processual</b> .....	321
1.2	Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros .....	321
1.3	Regularidade do processo e princípio do impulso oficial .....	322
1.4	Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e <b>impedimentos</b> .....	322
1.5	<b>Suspeição</b> do juiz .....	324
1.6	Cessaçã e manutenção do impedimento ou <b>suspeição</b> .....	327
1.7	Criação proposital de animosidade por má-fé .....	327
2.	<b>Ministério Público</b> .....	327
2.1	O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual .....	327
2.2	<b>Impedimento</b> do representante do Ministério Público .....	329
2.3	Funções principais no processo penal .....	330
3.	<b>Acusado</b> .....	330
3.1	O acusado como parte na relação processual .....	330
3.2	Indisponibilidade do direito de <b>defesa</b> .....	331
3.3	Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de <b>prova</b> .....	331
4.	<b>Defensor</b> .....	331
4.1	Crítérios para nomeação, situação no processo e <b>autodefesa</b> .....	331
4.2	Desligamento da causa, ausência momentânea e <b>defesa ad hoc</b> .....	335
4.3	Nomeação no termo e impedimento .....	336
5.	<b>Curador</b> .....	337
6.	<b>Assistência</b> .....	337
6.1	Assistente de acusação .....	337
6.2	Intervenção do <b>ofendido</b> .....	337
6.3	Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação .....	338
6.4	Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo .....	339
6.4.1	A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal .....	339
6.5	Recebimento da causa no estado em que estiver .....	340

6.6	Corréu como assistente .....	340
6.7	Atribuições do assistente .....	341
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente .....	342
7.	Funcionários da Justiça .....	342
7.1	Denominação .....	342
7.2	Suspeição .....	342
8.	Peritos e intérpretes .....	343
8.1	Perito .....	343
8.2	Intérprete .....	343
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete .....	343
8.4	Disciplina judiciária do perito .....	343
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória ....	344
8.6	Impedimento dos peritos .....	344
8.7	Suspeição dos peritos .....	345
Síntese	.....	345

#### Capítulo XIV

#### PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceito de prisão .....	347
2.	Fundamento constitucional da prisão .....	347
3.	Espécies de prisão processual cautelar .....	347
4.	Controle da legalidade da prisão .....	348
5.	Conceito de liberdade provisória .....	349
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória .....	349
7.	Formalidades da prisão .....	349
8.	Análise das modalidades de prisão cautelar .....	354
8.1	Prisão temporária .....	354
8.2	Prisão em flagrante .....	356
8.2.1	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório .....	358
8.2.2	Flagrante próprio ou perfeito .....	358
8.2.3	Flagrante impróprio ou imperfeito .....	359
8.2.4	Flagrante presumido .....	360
8.2.5	Flagrante preparado ou provocado .....	360
8.2.6	Flagrante forjado .....	361
8.2.7	Flagrante esperado .....	361
8.2.8	Flagrante diferido ou retardado .....	361
8.2.9	Flagrante nos crimes permanentes e habituais .....	362
8.2.10	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	363
8.2.11	Controle jurisdicional da prisão em flagrante .....	365
8.3	Prisão preventiva .....	366
8.3.1	Momento da decretação e período de duração .....	366
8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva .....	368
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva .....	371



8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva.....	372
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu.....	374
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado.....	374
8.4	Prisão decorrente de pronúncia.....	374
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	376
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão.....	377
8.6.1	Espécies de medidas cautelares.....	377
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares.....	378
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa.....	380
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa.....	380
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas.....	381
8.7	Prisão domiciliar.....	381
9.	Liberdade provisória.....	382
9.1	Liberdade provisória com fiança.....	382
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança.....	384
9.1.2	Valor da fiança.....	386
9.1.3	Condições da fiança.....	387
9.1.4	Fiança definitiva.....	387
9.1.5	Consequências possíveis da fiança.....	390
10.	Liberdade provisória sem fiança.....	392
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema ..	392
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória.....	394
	Síntese.....	395

## Capítulo XV

### CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1.	Conceito de citação.....	397
2.	Formas de citação.....	397
2.1	Citação por mandado.....	397
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades.....	399
2.2	Citação do militar.....	400
2.3	Citação do funcionário público.....	400
2.4	Citação do réu preso.....	400
2.5	Citação por edital e por hora certa.....	401
2.5.1	Conteúdo do edital.....	402
3.	Suspensão do processo e da prescrição.....	402
4.	Conceito de intimação.....	404
5.	Procedimento para as intimações.....	405
	Síntese.....	406

## Capítulo XVI

## SENTENÇA

1. Conceito de <del>sentença</del> .....	409
2. Outros atos jurisdicionais.....	409
3. Natureza jurídica da sentença.....	410
4. Outras <del>classificações</del> .....	411
5. Conteúdo da sentença.....	411
6. Modificação da definição jurídica do fato.....	412
7. Correlação entre acusação e sentença.....	413
8. Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato.....	414
9. Independência do juiz para julgar.....	416
10. Absolvição vinculada.....	416
11. Elementos da sentença condenatória.....	418
11.1 Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	418
12. Publicação e intimação da sentença.....	419
13. Efeitos da sentença condenatória.....	420
Síntese.....	421

## Capítulo XVII

## PROCEDIMENTOS

1. Processo e procedimento.....	423
2. Procedimento e devido processo legal.....	423
3. Procedimento comum e procedimento <b>especial</b> .....	424
4. Procedimento <del>comum</del> .....	425
4.1 Procedimento ordinário.....	425
4.2 Procedimento <del>sumário</del> .....	429
4.3 Procedimento <del>sumaríssimo</del> .....	430
5. Procedimentos especiais.....	431
5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais.....	431
5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom <b>exemplo</b> .....	432
5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos.....	434
5.4 Procedimento dos crimes falimentares.....	435
5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	440
5.6 Procedimento dos crimes contra a honra.....	442
5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	445
5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos.....	449
Síntese.....	452

## Capítulo XVIII

## TRIBUNAL DO JÚRI

1. O Júri na Constituição Federal.....	469
2. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário.....	470

3. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida ....	471
4. A formação da culpa no procedimento do júri.....	471
5. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação .....	472
6. <b>Pronúncia</b> .....	475
6.1 Requisitos para a <b>pronúncia</b> .....	475
6.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados .....	476
6.3 Os crimes conexos na pronúncia.....	477
6.4 Alteração da classificação do crime .....	477
6.5 Possibilidade de correção da pronúncia .....	478
7. <b>Impronúncia</b> .....	479
8. <b>Desclassificação da infração penal</b> .....	479
9. <b>Absolvição sumária</b> .....	481
10. <b>Intimação da pronúncia</b> .....	482
11. <b>Libelo crime-acusatório</b> .....	482
11.1 <b>Conceito</b> .....	482
12. <b>Fase de preparação do Plenário</b> .....	482
12.1 <b>Justificação</b> .....	483
12.2 <b>Desaforamento</b> .....	484
12.3 <b>Supressão de nulidade</b> .....	487
12.4 <b>Providências para o julgamento</b> .....	488
13. <b>Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado</b> .....	489
13.1 <b>Organização do Júri</b> .....	489
13.2 <b>Composição do Júri</b> .....	491
13.3 <b>Função do jurado</b> .....	491
14. <b>Julgamento em Plenário</b> .....	494
14.1 <b>Formalidades iniciais</b> .....	494
14.2 <b>Formação do Conselho de Sentença</b> .....	497
14.3 <b>Interrogatório do réu</b> .....	501
14.4 <b>Relatório do processo e leitura de peças</b> .....	502
14.5 <b>Produção da prova testemunhal</b> .....	502
14.6 <b>Debates</b> .....	504
14.7 <b>Procedimento para o julgamento</b> .....	506
14.8 <b>Quesitos e questionário</b> .....	508
14.8.1 <b>Regras para a redação do questionário</b> .....	510
14.9 <b>Votação em sala secreta</b> .....	514
14.10 <b>Sentença do Juiz Presidente</b> .....	516
14.11 <b>Ata do julgamento</b> .....	520
14.12 <b>Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri</b> .....	521
<b>Síntese</b> .....	522

## Capítulo XIX

## NULIDADES

1. Conceito .....	525
2. Atos inexistentes e <b>irregulares</b> .....	526
3. Princípios que regem as nulidades .....	526
3.1 Não há nulidade sem prejuízo .....	526
3.2 Não há nulidade provocada pela parte .....	527
3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária .....	528
3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da <b>causa</b> .....	528
3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes ....	528
4. Desatendimento de normas constitucionais .....	529
5. Nulidade em inquérito policial .....	529
6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas .....	530
7. Espécies de nulidade absoluta .....	530
7.1 <b>Incompetência</b> .....	530
7.1.1 Coisa julgada e <b>incompetência</b> .....	531
7.1.2 Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial.....	532
7.2 Suspeição e <b>impedimento</b> .....	532
7.3 Suborno do <b>júri</b> .....	533
7.4 Ilegitimidade de parte .....	533
7.5 Ausência de denúncia ou queixa e representação .....	533
7.6 Ausência do exame de corpo de delito .....	534
7.7 Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador .....	534
7.8 Falta de citação, ampla defesa e contraditório .....	535
7.9 Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua <b>cópia</b> .....	536
7.10 Ausência do réu e realização da <b>sessão</b> .....	536
7.11 <b>Quorum</b> para a instalação da sessão do <b>júri</b> .....	536
7.12 Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos <b>jurados</b> .....	537
7.13 Inexistência dos quesitos e suas <b>respostas</b> .....	537
7.14 Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do <b>Júri</b> .....	537
7.15 Ausência da sentença .....	538
7.16 Ausência de processamento ao recurso de ofício .....	538
7.17 Ausência de intimação para <b>recurso</b> .....	538
7.18 Falta do <b>quorum</b> legal para a <b>decisão</b> .....	538
7.19 Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre <b>elas</b> .....	538
7.20 Decisão carente de fundamentação .....	539
8. Espécies de nulidade <b>relativa</b> .....	539
8.1 Infringência à regra da <b>prevenção</b> .....	539
8.2 Falta de intervenção do Ministério Público .....	540
8.3 Falta de concessão de prazos à acusação e à <b>defesa</b> .....	540

8.4 Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua <b>ausência</b> .....	540
8.5 A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	541
8.6 Ausência da forma legal dos atos <b>processuais</b> .....	541
9. Momento para arguição das nulidades <b>relativas</b> .....	541
10. Convalidação das nulidades.....	542
Síntese.....	543

## Capítulo XX

### RECURSOS

1. Conceito de <b>recurso</b> .....	547
2. Natureza jurídica do recurso.....	548
3. Características fundamentais dos recursos.....	548
4. Efeitos dos recursos.....	549
5. Recurso de <b>ofício</b> .....	549
6. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos.....	550
6.1 Desvio da administração pública no processamento do <b>recurso</b> .....	550
6.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério <b>Público</b> .....	551
6.3 Múltipla legitimidade <b>recursal</b> .....	551
6.4 Interesse <b>recursal</b> .....	552
6.5 Pressupostos de admissibilidade dos <b>recursos</b> .....	553
6.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos <b>recursos</b> .....	554
6.7 Princípio da fungibilidade dos <b>recursos</b> .....	555
7. Recurso em sentido estrito.....	555
7.1 <b>Conceito</b> .....	555
7.2 <b>Cabimento</b> .....	555
7.3 <b>Processamento do recurso em sentido estrito</b> .....	564
8. <b>Correição parcial</b> .....	566
8.1 <b>Conceito</b> .....	566
8.2 <b>Natureza jurídica da correição</b> .....	566
8.3 <b>Processamento</b> .....	567
9. <b>Reclamação</b> .....	568
9.1 <b>Conceito de reclamação</b> .....	568
9.2 <b>Fundamento constitucional</b> .....	568
9.3 <b>Processamento da reclamação</b> .....	569
10. <b>Agravo em execução criminal</b> .....	569
10.1 <b>Conceito de agravo em execução criminal</b> .....	569
10.2 <b>Rito do agravo</b> .....	570
11. <b>Apelação</b> .....	571
11.1 <b>Conceito de apelação</b> .....	571
11.2 <b>Hipóteses de cabimento da apelação</b> .....	572
11.3 <b>Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros</b> .....	577
11.4 <b>Processamento da apelação</b> .....	579

11.5 Trâmite no tribunal .....	581
12. Agravo nos tribunais .....	585
12.1 Conceitos .....	585
12.2 Processamento .....	585
13. Embargos de declaração .....	585
13.1 Conceito e <b>attensio</b> .....	585
13.2 Processamento dos embargos de declaração .....	586
14. Carta <b>testemunhável</b> .....	588
14.1 Conceito e natureza jurídica .....	588
14.2 Cabimento e processamento da carta <b>testemunhável</b> .....	588
15. Embargos infringentes e de nulidade .....	590
15.1 <b>Conceito</b> .....	590
15.2 Processamento .....	590
16. Recursos extraordinário e especial .....	591
16.1 Conceito de recurso <b>extraordinário</b> .....	591
16.2 Conceito de recurso <b>especial</b> .....	592
16.3 Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do <b>extraordinário</b> .....	593
16.4 Reexame de matéria de fato .....	593
16.5 Prazo e forma para a interposição dos recursos <b>especial e extraordinário</b> .....	593
16.6 Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria .....	595
17. Recurso ordinário constitucional .....	596
18. Embargos de divergência .....	597
19. Normas disciplinadoras da competência <b>recursal</b> .....	597
Síntese .....	599

## Capítulo XXI AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. Introdução .....	603
2. Revisão criminal .....	603
2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica .....	603
2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal .....	604
2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais .....	606
2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão <b>criminal</b> .....	607
2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido .....	610
2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento .....	611
2.7 Indenização pelo erro judiciário .....	614
3. <i>Habeas corpus</i> .....	616
3.1 Conceito de <i>habeas corpus</i> .....	616
3.2 Origem no Brasil .....	617
3.3 Ampliação do seu alcance .....	617
3.4 Natureza jurídica .....	618
3.5 Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização .....	618
3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento .....	619

3.7	Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i> .....	621
3.7.1	Regras gerais .....	621
3.7.2	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal .....	622
3.7.3	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça .....	623
3.7.3.1	Prequestionamento em <i>habeas corpus</i> .....	623
3.7.4	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais .....	624
3.7.5	Competência constitucional do Tribunal do Estado .....	624
3.7.5.1	Promotor de justiça como autoridade coatora .....	624
3.8	Legitimidade ativa e passiva .....	625
3.9	Formalidades e condições da impetração .....	627
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação .....	629
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares .....	630
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i> .....	632
4.	Mandado de segurança .....	634
4.1	Conceito .....	634
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal .....	634
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal .....	635
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça .....	635
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais .....	635
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado .....	635
4.3	Alguns aspectos do processamento .....	636
4.3.1	Medida liminar .....	636
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo .....	636
4.3.3	Petição inicial .....	636
4.3.4	Litisconsórcio necessário .....	637
4.3.5	Direito líquido e certo .....	637
4.3.6	Prazo para ajuizamento .....	637
4.3.7	Custas, despesas e honorários .....	637
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar .....	637
4.3.9	Participação do Ministério Público .....	637
4.3.10	Recursos cabíveis .....	638
Síntese	.....	638

## Capítulo XXII REABILITAÇÃO

1.	Conceito de <i>reabilitação</i> .....	639
2.	Procedimento .....	639
3.	Recurso de ofício .....	640
4.	Comunicação ao Instituto de Identificação .....	640
5.	Revogação da <i>reabilitação</i> .....	641
Síntese	.....	641

## Capítulo XXIII

## RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Fundamento constitucional.....	643
2. Regras especiais.....	643
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais.....	645
3.1 Formalidades para a homologação.....	645
4. Carta rogatória.....	646
4.1 Conceito de carta rogatória.....	646
4.2 Outras diligências.....	647
4.3 Carta rogatória vinda do exterior.....	648
Síntese.....	648

## Capítulo XXIV

## DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO PENAL

1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais.....	649
2. Publicidade dos atos processuais em geral.....	649
3. Comportamento em audiências.....	650
4. Realização dos atos processuais.....	651
5. Conceito de prazo e contagem.....	652
6. Retirada dos autos de cartório.....	655
7. Custas nos processos criminais.....	656
8. Estatísticas criminais.....	657
Síntese.....	658

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	659
---------------------------	-----

<b>OBRAS DO AUTOR</b> .....	687
-----------------------------	-----